

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

N.º 1/ALIM/2019

**Fornecimento Contínuo de Géneros Alimentícios e
Bebidas, para as várias Unidades Alimentares dos
Serviços de Acção Social da Universidade Nova de
Lisboa**

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto do concurso

O presente concurso tem por objeto o fornecimento contínuo de géneros alimentícios e bebidas, para as várias Unidades alimentares dos Serviços de Acção Social da Universidade Nova de Lisboa, nos termos e de harmonia com o teor e disposições constantes no presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, e da Classificação Estatística de Produtos por atividade a que se refere o Regulamento (CE) n.º 451/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, alterado pelo Regulamento (EU) n.º 1209/2014 da Comissão de 29 de outubro de 2014, publicado no Jornal Oficial da União Europeia de 22/11/2014 (a categoria dos bens objeto correspondem aos seguintes códigos: 01, 03, 10 e 11).

Artigo 2.º

Entidade pública contratante

A entidade pública é a Universidade Nova de Lisboa através dos Serviços de Acção Social da Universidade Nova de Lisboa, adiante designados por SASNOVA, com sede no Campus de Campolide, 1099-032 Lisboa (telefone 213715600; fax 213715673); endereço eletrónico sasnova@unl.pt.

CAPÍTULO II

INÍCIO DO PROCEDIMENTO

Artigo 3.º

Decisão de contratar e decisão de escolha de procedimento

A decisão de contratar e a escolha do procedimento foi tomada pelo órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, o Reitor da Universidade Nova de Lisboa, Prof. Doutor João Sàágua.

Artigo 4.º

Peças que constituem o processo

4.1. O processo relativo ao presente procedimento é composto pelas seguintes peças:

- a) Programa de procedimento e seus anexos;
- b) Caderno de encargos.

4.2. Os anexos ao programa do concurso são os seguintes:

- a) Anexo I – Modelo de declaração – alínea a), do n.º 1, do artigo 57.º do CCP;
- b) Anexo II – Modelo de Declaração – alínea a), do nº 1, do artigo 81º do CCP;
- c) Anexo III – Declaração de Compromisso de Associação sob a forma de Consórcio Externo;
- d) Anexo IV – Instrumento de Mandato;
- e) Anexo V – Modelo de proposta;
- f) Anexo VI - Mapa de preços unitários por lote.

4.3. O processo a que se refere o n.º 4.1 integra ainda, se for caso disso, as retificações e esclarecimentos que venham a ser prestados nos termos definidos no presente Programa de Procedimento.

4.4. As peças do procedimento referidas nos números anteriores são aprovadas pelo órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo 5.º

Contagem dos prazos

Os prazos estabelecidos no presente programa, contam-se nos termos do CCP.

CAPÍTULO III

JÚRI DO PROCEDIMENTO

Artigo 6.º

Constituição

6.1. O procedimento é conduzido por um Júri constituído por três membros efetivos e dois suplentes, designados por despacho do Senhor Reitor Prof. Doutor João Sàágua.

6.2. A composição do Júri deve indicar o respetivo presidente e o vogal efetivo que o substitui nas suas faltas e impedimentos.

Artigo 7.º

Funcionamento

7.1. O Júri entra em funções a partir do dia útil subsequente ao do envio do anúncio para publicação a que se refere o artigo 10.º do presente Programa.

- 7.2.** O Júri só pode funcionar quando o número de membros presentes na reunião corresponda ao número de membros efetivos.
- 7.3.** O Júri pode designar um secretário de entre o pessoal dos serviços dos SASNOVA, com a aprovação do respetivo Presidente, a quem compete, designadamente, lavrar as atas.
- 7.4.** As deliberações do Júri, que devem ser sempre fundamentadas, são tomadas por maioria de votos, não sendo admitida a abstenção.
- 7.5.** Nas deliberações em que haja voto de vencido de algum membro do Júri, devem constar da ata as razões da sua discordância.
- 7.6.** Quando o considerar conveniente, o órgão competente para a decisão de contratar pode designar peritos ou consultores para apoiarem o júri do procedimento no exercício das suas funções, podendo aqueles participar, sem direito de voto, nas reuniões do júri.

Artigo 8.º

Competência

- 8.1.** Compete nomeadamente ao júri:
- a) Proceder à apreciação das propostas;
 - b) Solicitar e prestar esclarecimentos;
 - c) Elaborar os relatórios de análise das propostas;
- 8.2.** Cabe ainda ao júri exercer a competência que lhe seja delegada pelo órgão competente para a decisão de contratar, não lhe podendo este, porém, delegar a competência para a decisão de adjudicação.

CAPÍTULO IV

CONCORRENTES

Artigo 9.º

Concorrentes

- 9.1.** São concorrentes as pessoas singulares ou coletivas que venham a apresentar proposta e desde que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
- 9.2.** Os concorrentes podem ser agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

- 9.3.** As entidades que compõem o agrupamento concorrente são, perante a entidade pública contratante, solidariamente responsáveis pela proposta que o agrupamento apresentar, bem como pela respetiva manutenção.
- 9.4.** Nenhuma entidade pode integrar mais de um agrupamento concorrente ou, em simultâneo, integrar um agrupamento e concorrer individualmente.
- 9.5.** As entidades que compõem o agrupamento podem, a qualquer momento, designar um representante comum efetivo e um suplente para praticar todos os atos no âmbito do presente procedimento, incluindo a assinatura da proposta e a sua revisão, devendo, para o efeito, entregar instrumentos de mandato, emitidos por cada uma das entidades, com as assinaturas reconhecidas nos termos legais.

CAPÍTULO V

ANÚNCIO E PEÇAS DO CONCURSO

Artigo 10.º

Anúncio

- 10.1.** O concurso público é publicitado no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia através de anúncio.
- 10.2.** O anúncio publicado no Diário da República será, posteriormente, divulgado através da sua publicação na plataforma eletrónica utilizada pela entidade contratante.

Artigo 11.º

Consulta das peças do processo

- 11.1.** As peças do concurso são integralmente disponibilizadas, na plataforma eletrónica utilizada pelos SASNOVA, acessível no seguinte <https://www.acingov.pt>.
- 11.2.** Sem prejuízo do disposto no número anterior, as peças do concurso estão disponíveis nos serviços dos SASNOVA, na morada constante do artigo 2.º do programa, para consulta dos interessados, todos os dias úteis, das 9H30 às 12H30 e das 14H30 às 17H00, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 11.3.** A consulta e obtenção pelos interessados de cópia das peças do processo não dependem do prévio pagamento de qualquer quantia.
- 11.4.** Os serviços dos SASNOVA registarão o nome e o endereço eletrónico dos interessados que consultem ou que obtenham as peças do concurso.

- 11.5.** A obtenção das peças do concurso não constitui, em caso algum, condição de participação no mesmo.

Artigo 12.º

Pedidos de esclarecimentos

- 12.1.** Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica utilizada pelos SASNOVA, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 12.2.** Os esclarecimentos previstos no número anterior serão prestados por escrito, pelo júri do concurso, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a entrega das propostas.
- 12.3.** Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores são disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pelos SASNOVA e juntos às peças do concurso que se encontram patentes para consulta.
- 12.4.** A entidade que solicitou os esclarecimentos mencionados nos números anteriores e, bem assim, todos os interessados que tenham obtido, ou venham a obter, as peças do concurso devem ser imediatamente notificados desse fato.
- 12.5.** Os esclarecimentos e as retificações referidos nos nºs 12.1 a 12.3 fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 13.º

Erros e omissões do caderno de encargos

- 13.1.** Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:
- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato, a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
- 13.2.** A apresentação da lista referida no n.º 13.1, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à

publicitação da decisão prevista no n.º 13.4 ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.

- 13.3.** Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.
- 13.4.** As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões previstas nos n.ºs 13.1 e 13.3, são publicitadas em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham solicitado ser imediatamente notificados do facto.

CAPÍTULO VI

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Artigo 14.º

Prazo

- 14.1.** As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados até às 23H59 horas do 40º (quadragésimo) dia a contar da data do envio do anúncio para publicação.
- 14.2.** Quando as retificações ou os esclarecimentos prestados sobre as peças do concurso sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
- 14.3.** Quando as retificações referidas no número anterior, independentemente do momento da sua comunicação, ou a aceitação de erros ou de omissões do Caderno de Encargos, nos termos do disposto no artigo 61.º do CCP, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do concurso, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.

Artigo 15.º

Modo de apresentação das propostas

- 15.1.** Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
- 15.2.** Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pelos SASNOVA, disponível no portal <https://www.acingov.pt>, através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

- 15.3.** A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
- 15.4.** Os concorrentes deverão assinar eletronicamente todos os documentos que integram a proposta, de acordo com o estipulado na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, que regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação públicas previstas no CCP. A assinatura e encriptação das propostas e respetiva documentação serão realizadas através de um certificado qualificado, o que deverá ser adquirido atempadamente junto de entidade credenciada nos termos da legislação em vigor.

Artigo 16.º

Proposta

- 16.1.** A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- 16.2.** Cada concorrente poderá apresentar propostas para um lote ou mais, só sendo, no entanto, admitidas as propostas que contemplem a globalidade de cada lote.
- 16.3.** O fornecimento será contínuo, sujeito a entregas parcelares, durante o ano de 2019, no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2019, nos termos constantes do caderno de encargos.

Artigo 17.º

Constituição da proposta

- 17.1.** Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.
- 17.2.** As propostas são constituídas pelos seguintes documentos:
- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** ao presente programa, do qual faz parte integrante;
 - b) De declaração na qual os concorrentes indiquem o seu nome, número fiscal de contribuinte, número de bilhete de identidade ou de pessoa coletiva, estado civil e domicílio ou, no caso de pessoa coletiva, a denominação social, número de pessoa coletiva, sede, filiais que interessem à execução do contrato, objeto social, nome dos titulares dos corpos sociais e de outras pessoas com poderes para a obrigarem, conservatória do registo comercial onde se encontra

matriculada e o seu número de matrícula nessa conservatória e código de autorização de consulta da certidão permanente;

- c) Para os concorrentes que se apresentem sob a forma de agrupamento, Declaração de Compromisso de Associação sob a forma de Consórcio Externo, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III** ao presente Programa de Procedimento;
- d) Para os concorrentes que se apresentem sob a forma de agrupamento, designação do representante comum do agrupamento e respetivos instrumentos de mandato, bem como declaração de compromisso de nomeação de Chefe de Consórcio, no momento da constituição do consórcio externo, ao qual conferirão os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de Julho, e ainda os poderes especiais para receber dos SASNOVA e dela dar quitação de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato que eventualmente venha a ser celebrado, em conformidade com o modelo constante do **Anexo IV** do presente Programa de Procedimento;
- e) Modelo de Proposta constante do **Anexo V** ao presente Programa de Procedimento, onde o concorrente indicará os lotes a que pretende concorrer e respetivos valores totais dos lotes;
- f) Mapa de preços unitários por lote, constante do **Anexo VI** ao presente Programa de Procedimento, consoante o(s) lote(s) a que o concorrente concorre;

17.3. A declaração referida na alínea a) do n.º 17.2 deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

17.4. No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deve apresentar os documentos referidos nos números anteriores.

17.5. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do n.º 17.2 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

17.6. No caso de o concorrente propor a subcontratação parcial do fornecimento, a proposta deve ainda ser acompanhada, relativamente às entidades a subcontratar, dos mesmos documentos exigidos no nº 17.2.

17.7. Os documentos que acompanham as propostas devem ser assinados pelas entidades que os emitem.

17.8. Os documentos que constituem a proposta podem ser redigidos em língua estrangeira, devendo para o efeito serem acompanhados da respetiva tradução devidamente legalizada.

Artigo 18.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 19.º

Indicação do preço

- 19.1.** Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
- 19.2.** Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- 19.3.** Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários, ou não, mais decompostos.

Artigo 20.º

Classificação de documentos da proposta

- 20.1.** Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação de acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
- 20.2.** A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta deve ser notificada aos interessados, pelo órgão competente para a decisão de contratar, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 20.3.** Considera-se não escrita ou não declarada a classificação de um documento que não tenha sido expressamente autorizada nos termos do disposto nos números anteriores.
- 20.4.** Se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a classificação de documentos que constituem as propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve promover, oficiosamente, a respetiva desclassificação, informando do fato todos os interessados.
- 20.5.** Quando, por força da classificação de documentos que constituem a proposta, não seja possível apresentá-los nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP, ou no prazo fixado no programa de procedimento, o órgão competente para a decisão de contratar pode estabelecer, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário.

Artigo 21.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de 90 (noventa) dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas, contado da data limite da sua entrega.

Artigo 22.º

Retirada da proposta

- 22.1.** Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal fato à entidade adjudicante, através da plataforma eletrónica.
- 22.2.** O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

Artigo 23.º

Lista de concorrentes e consulta das propostas apresentadas

- 23.1.** O júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pelos SASNOVA.
- 23.2.** Mediante a atribuição de um *login* e de uma *password* aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
- 23.3.** O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
- 23.4.** Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 23.1 e 23.2.

CAPÍTULO VII

AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 24.º

Análise das propostas

24.1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos representados pelos fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação.

24.2. São excluídas as propostas cuja análise revele:

- a) Que não apresentem algum dos atributos, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- b) Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 a 6 e 8 a 11 do artigo 49.º do CCP;
- c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- d) Que o preço contratual seria superior ao preço base;
- e) Um preço total, anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos do disposto no artigo seguinte;
- f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

24.3. A exclusão de quaisquer propostas com fundamento no disposto nas alíneas e) e g) do número anterior deve ser imediatamente comunicada à Autoridade da Concorrência.

24.4. A exclusão de quaisquer propostas com fundamento no disposto na alínea e) do n.º 24.2 deve ser comunicada à Comissão Europeia, desde que o anúncio do respetivo procedimento tenha sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia.

Artigo 25.º

Esclarecimentos, informações e elementos a prestar pelos concorrentes

25.1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.

25.2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não

alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º.

25.3. Os esclarecimentos referidos no número anterior são disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela concedente, sendo todos os concorrentes imediatamente notificados desse fato.

Artigo 26.º

Critério de adjudicação

A adjudicação é feita segundo o critério do mais baixo preço.

Artigo 27.º

Critério de desempate

Em caso de igualdade de preço entre as propostas, é adjudicada a proposta entregue em penúltimo lugar.

CAPÍTULO VIII

PREPARAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Artigo 28.º

Relatório preliminar

28.1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.

28.2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas:

- a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
- b) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do CCP;
- c) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;
- d) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- e) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º ou nos n.ºs 1 e 2 do artigo 58.º, ambos do CCP;

- f) Que sejam apresentadas como variantes;
- g) Que violem o disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP;
- h) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;
- i) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- j) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras referidas no n.º 4 do artigo 132.º do CCP, desde que o programa do procedimento assim o preveja expressamente;
- k) Cujas análises revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

28.3. Quando o mesmo concorrente apresente mais de uma proposta, em violação do disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP, o júri deve também propor a exclusão de todas as propostas por ele apresentadas.

28.4. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.

Artigo 29.º

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 123.º do CCP.

Artigo 30.º

Relatório final

30.1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações das concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

30.2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

- 30.3.** O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
- 30.4.** Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

CAPÍTULO IX

ADJUDICAÇÃO

Artigo 31.º

Adjudicação

- 31.1.** A adjudicação é o ato administrativo pelo qual a entidade adjudicante aceita a proposta do concorrente preferido.
- 31.2.** A entidade adjudicante deve tomar a decisão de adjudicação e notificá-la aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.
- 31.3.** Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.

Artigo 32.º

Notificação da adjudicação

- 32.1.** A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
- 32.2.** Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos;
 - b) Prestar caução, se esta for devida, indicando expressamente o seu valor;
 - c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
- 32.3.** As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Artigo 33.º

Anúncio da adjudicação

Quando o procedimento de formação do contrato tenha sido publicitado através de anúncio publicado no Jornal Oficial da União Europeia, a entidade adjudicante deve enviar ao Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, no prazo de 30 dias após a adjudicação, um anúncio conforme modelo constante do anexo III ao Regulamento (CE) n.º 1564/2005, da Comissão, de 7 de setembro.

Artigo 34.º

Causas de não adjudicação

34.1. Não há lugar a adjudicação quando:

- a) Nenhum candidato se haja apresentado ou nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as candidaturas ou todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.

34.2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

34.3. No caso da alínea c) do n.º 34.1, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

34.4. Quando o órgão competente para a decisão de contratar decida não adjudicar com fundamento no disposto nas alíneas c) e d) do n.º 34.1, a entidade adjudicante deve indemnizar os concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas, pelos encargos em que comprovadamente incorreram com a elaboração das respetivas propostas.

Artigo 35.º

Revogação da decisão de contratar

35.1. A decisão de não adjudicação prevista no artigo anterior determina a revogação da decisão de contratar.

35.2. Quando as circunstâncias previstas nas alíneas c) e d) do n.º 34.1 do artigo anterior ocorrerem entre o início do procedimento e o termo do prazo de apresentação das propostas, a decisão de contratar também pode ser revogada.

Artigo 36.º

Documentos de habilitação

- 36.1.** O adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
- a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** ao presente programa de procedimento;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
 - c) Certificado emitido por instituto ou serviço oficial incumbido do controlo da qualidade com competência reconhecida que ateste a conformidade dos bens devidamente identificados, mediante referência a certas especificações ou normas (HACCP ou Autocontrolo).
 - d) Fichas técnicas dos produtos que os concorrentes se propõem fornecer durante a vigência do contrato.
- 36.2.** O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do presente programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

Artigo 37.º

Modo de apresentação dos documentos de habilitação

- 37.1.** O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no artigo anterior através da plataforma eletrónica utilizada pela concedente ou, no caso de a mesma se encontrar indisponível, através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
- 37.2.** Quando os documentos a que se refere a alínea b) do n.º 36.1 do artigo anterior, se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos estejam redigidos em língua portuguesa.
- 37.3.** Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos no número anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 37.1 ou a indicação prevista no número anterior.

- 37.4.** O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 37.1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade dos mesmos.
- 37.5.** Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
- 37.6.** Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 38.º

Apresentação dos documentos de habilitação por agrupamentos

- 38.1.** Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos previstos na alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 36.º do presente programa de procedimento deverão ser apresentados por todos os membros do agrupamento.
- 38.2.** Os documentos referidos nas alíneas c) e d) do n.º 36.1 do artigo 36.º do presente programa devem ser apresentados por todos os seus membros cuja atividade careça da sua titularidade.

Artigo 39.º

Notificação da apresentação dos documentos de habilitação

- 39.1.** O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo a todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.
- 39.2.** Os documentos de habilitação apresentados pelo concessionário devem ser disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, em plataforma eletrónica utilizada pela concedente.

Artigo 40.º

Não apresentação dos documentos de habilitação

- 40.1.** A adjudicação caduca se, por fato que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
- a) No prazo fixado no programa de procedimento;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - c) Redigidos em língua portuguesa ou, quando redigidos em língua estrangeira, acompanhados de tradução devidamente legalizada.

- 40.2.** Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por fato que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
- 40.3.** Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 41.º

Falsidade de documentos e declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, sendo aplicável o disposto nos nºs 40.2 e 40.3 do artigo anterior.

CAPÍTULO X

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Artigo 42.º

Redução do contrato a escrito

- 42.1.** O contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte papel ou em suporte informático com a aposição de assinaturas.
- 42.2.** Salvo disposição em contrário constante do programa do procedimento, as despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

Artigo 43.º

Conteúdo do contrato

- 43.1.** Faz parte integrante do contrato, um clausulado que deve conter, sob pena de nulidade daquele, os seguintes elementos:
- a) A identificação das partes e dos respetivos representantes, assim como do título a que intervêm, com indicação dos atos que os habilitem para esse efeito;
 - b) A indicação do ato de adjudicação e do ato de aprovação da minuta do contrato;
 - c) A descrição do objeto do contrato;

- d) O preço contratual ou o preço a receber pela entidade adjudicante ou, na impossibilidade do seu cálculo, os elementos necessários à sua determinação;
- e) O prazo de execução das principais prestações objeto do contrato;
- f) Os ajustamentos aceites pelo adjudicatário;
- g) A referência à caução prestada pelo adjudicatário;
- h) Se for o caso, a classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao contrato, a realizar no ano económico da celebração do mesmo ou, no caso de tal despesa se realizar em mais de um ano económico, a indicação da disposição legal habilitante ou do plano plurianual legalmente aprovado de que o contrato em causa constitui execução ou ainda do instrumento, legalmente previsto, que autoriza aquela repartição de despesa.

43.2. Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

43.3. Sempre que a entidade adjudicante considere conveniente, o clausulado do contrato pode também incluir uma reprodução do caderno de encargos completada por todos os elementos resultantes dos documentos referidos nas alíneas a), b), d) e e) do número anterior.

43.4. A entidade adjudicante pode excluir expressamente do contrato os termos ou condições constantes da proposta adjudicada que se reportem a aspetos da execução do contrato não regulados pelo caderno de encargos e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados.

43.5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 43.2, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

43.6. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 43.2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

Artigo 44.º

Aprovação da minuta do contrato

- 44.1.** Havendo lugar à redução do contrato a escrito, a minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação, depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário.
- 44.2.** Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, a concedente notifica o adjudicatário, assinalando os ajustamentos propostos, nos termos do artigo 99.º do CCP, se for caso disso.
- 44.3.** Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo concessionário não fazem parte integrante do contrato.

Artigo 45.º

Aceitação da minuta do contrato

A minuta do contrato a celebrar considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 46.º

Reclamação da minuta do contrato

- 46.1.** As reclamações da minutas do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
- 46.2.** No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
- 46.3.** Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

Artigo 47º

Notificação dos ajustamentos ao contrato

Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 48.º

Outorga do contrato

48.1. Sendo exigível a redução do contrato a escrito, a outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
- b) Apresentados, todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida;
- d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

48.2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

Artigo 49.º

Não outorga do contrato

49.1. A adjudicação caduca se, por fato que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associados, nos termos do n.º 4 do artigo 54.º do CCP.

49.2. Nos casos previstos no número anterior, o adjudicatário perde a caução prestada a favor da entidade adjudicante, devendo o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

49.3. Se, por fato que lhe seja imputável, a entidade adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto no n.º 1 do artigo anterior, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta e com a prestação da caução.

49.4. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário pode, em alternativa, exigir judicialmente a celebração do contrato.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 50.º

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

Declaração de aceitação do Caderno de Encargos

[conforme o artigo 17.º, n.º 17.2, alínea a) do Programa de Procedimento]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento do **Concurso Público Internacional n.º 1/ALIM/2019 para fornecimento contínuo de géneros alimentícios e bebidas, para as várias Unidades alimentares dos Serviços de Acção Social da Universidade Nova de Lisboa**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual se declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)...

b)...

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução de referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional ⁽⁴⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional ⁽⁵⁾] ⁽⁶⁾;
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁷⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁸⁾] ⁽⁹⁾;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁰⁾;

- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹¹⁾
- f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória ⁽¹²⁾;
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562º do Código do Trabalho ⁽¹³⁾;
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁴⁾;
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes ⁽¹⁵⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes ⁽¹⁶⁾] ⁽¹⁷⁾:
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2º da Ação Comum nº 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3º da Ação Comum nº 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1º da Diretiva nº 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, com candidato, como concorrente ou como membro de

agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *i)* do nº 4 desta declaração.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local), ...(data), ... [assinatura ⁽¹⁸⁾].

(¹) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(²) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

(³) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do nº 1 e nos nºs 2 e 3 do artigo 57º.

(⁴) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(⁵) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(⁶) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(⁷) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(⁸) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(⁹) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(¹⁰) Declarar consoante a situação.

(¹¹) Declarar consoante a situação.

(¹²) Indicar, se entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(¹³) Indicar, se entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(¹⁴) Declarar consoante situação.

(¹⁵) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(¹⁶) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(¹⁷) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(¹⁸) Nos termos do disposto nos nºs. 4 e 5 do artigo 57º.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Alínea *a*) do n.º 1 do artigo 81.º, do CCP)

1 — ____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ____¹(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concessionário(a) no procedimento de concurso público internacional n.º 1/ALIM/2019, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada²:

- a*) Não se encontra em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente, salvo quando se encontre abrangida por um plano de insolvência, ao abrigo da legislação em vigor;
- b*) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional³ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional⁴]⁵;
- c*) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea *e*) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto - Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória⁶;
- d*) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho⁷;
- e*) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

⁴ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

⁵ Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

⁶ Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

⁷ Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal)⁸;

- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados⁹] os documentos comprovativos de que a sua representada¹⁰ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e j) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura¹¹].

⁸ Declarar consoante a situação

⁹ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

¹⁰ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

¹¹ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Declaração de Compromisso de Associação sob a forma de Consórcio Externo

(Conforme o artigo 17.º, n.º 17.2, alínea c) do Programa do Procedimento)

(Identificação do representante legal do membro do agrupamento), na qualidade de (qualidade em que subscreve a declaração) da (identificação da sociedade), (identificação do representante legal do membro do agrupamento), na qualidade de (qualidade em que subscreve a declaração) da (identificação da sociedade), ... (todos os membros do agrupamento devem subscrever a declaração nestes termos), enquanto membros do Agrupamento que apresentou proposta ao **Concurso Público Internacional n.º 1/ALIM/2019 para fornecimento contínuo de géneros alimentícios e bebidas, para as várias Unidades alimentares dos Serviços de Acção Social da Universidade Nova de Lisboa**, declaram, sob compromisso de honra, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 16.º do Programa do Procedimento, que se comprometem, entre si, na qualidade de membros do agrupamento concorrente a constituir-se sob a forma de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, caso lhes seja adjudicado o contrato objeto do referido concurso.

Data

Assinaturas

ANEXO IV

Instrumento de mandato

[conforme artigo 17.º, n.º 7.2, alínea d) do Programa do Procedimento]

(Identificação do representante legal do membro do agrupamento), na qualidade de (qualidade em que subscreve a declaração) da (identificação da sociedade), (identificação do representante legal do membro do agrupamento), na qualidade de (qualidade em que subscreve a declaração) da (identificação da sociedade), ... (todos os membros do agrupamento devem subscrever a declaração nestes termos), enquanto membros do agrupamento que apresentou proposta ao **Concurso Público Internacional n.º 1/ALIM/2019 para fornecimento contínuo de géneros alimentícios e bebidas, para as várias Unidades alimentares dos Serviços de Acção Social da Universidade Nova de Lisboa**, vêm, nos termos e para os efeitos da alínea d) do n.º 2 do artigo 16.º do Programa do Procedimento, designar como representante comum do agrupamento constituído por (identificação da sociedade) e por (identificação da sociedade), (identificar representante comum do agrupamento que deverá ser pessoa singular), a quem conferem, com faculdade de delegação, a competência para a prática de todos os atos considerados necessários ou adequados no âmbito do referido Concurso, designadamente, o poder para assinar a proposta e ainda os poderes suficientes para assistir, intervir e apresentar reclamações ou recursos.

Mais declaram obrigar-se a, no momento da sua constituição sob a forma de consórcio externo, designarem como chefe do consórcio (identificação), a quem conferirão os poderes constantes do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 8 de Julho, e ainda os poderes especiais para receber dos SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL e dela dar quitação, de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato que eventualmente venha a ser celebrado.

Declaram ainda que toda a correspondência no âmbito do referido Concurso deve ser dirigida para o seguinte endereço (identificar contatos para efeitos de comunicações).

Data

Assinaturas

ANEXO V

Modelo de Proposta

[conforme artigo 17.º, n.º 17.2, alínea e) do Programa do Procedimento]

(nome, número de identificação fiscal e morada), na qualidade de representante legal de (se for pessoa coletiva) ____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos e demais documentação concursal, relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **Concurso Público Internacional n.º 1/ALIM/2019 para fornecimento contínuo de géneros alimentícios e bebidas, para as várias Unidades alimentares dos Serviços de Acção Social da Universidade Nova de Lisboa**, compromete-se a fornecer à entidade adjudicante o objeto do contrato posto a concurso, de acordo com as condições aí estabelecidas, fornecendo os seguintes bens dos lotes abaixo discriminados, pelos seguintes preços, a que acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, de:

<i>Lotes nº</i>	<i>Designação dos Lotes</i>	<i>Valor do Lote s/Iva (Euros)</i>	<i>Valor do Lote (extenso)</i>
1	Carne de novilho		
2	Carne de suíno		
3	Carne de aves		
4	Borrego e coelho frescos		
5	Charcutaria		
6	Peixe congelado		
7	Peixe fresco		
8	Bacalhau		
9	Legumes ultracongelados		
10	Legumes frescos		
11	Frutos, citrinos e azeitonas		
12	Batatas, cebolas e alhos		
13	Laticínios		
14	Mercearias diversas		
15	Azeite e óleo		
16	Sobremesas instantâneas		
17	Sumos concentrados		
18	Caldos, molhos e condimentos		
19	Enlatados		
20	Ovos		

21	Pão		
22	Pastelaria diversa		
23	Salgados e salgados em miniatura ultracongelados		
24	Vinhos		
25	Produtos de 4ª gama		
26	Águas		
27	Bebidas de soja e refrigerantes		
28	Cafetaria		
29	Macrobiótica		
30	Padaria, pastelaria e snacks ultracongelados		

Ao valor global de cada lote a fornecer corresponde o respetivo mapa de preços unitários em anexo (Anexo VI), o qual faz parte integrante da presente proposta. Os preços unitários deverão ser apresentados com um número mínimo de duas casas decimais.

Mais se declara que renuncia a foro especial e se submete em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação aplicável.

Data

Assinaturas

ANEXO VI**LOTE 1 – Carne de novilho**

Designação do Produto	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
CARNES DE NOVILHO					
Bife cortado/Fatiado	Kg	910			
Bife do Lombo congelado	Kg	20			
Carne de 1ª Assar	Kg	150			
Carne de 1ª Bife inteiro	Kg	1 350			
Fígado de vaca	Kg	10			
Hambúrguer de Novilho (75g p/ unid.)	Unidade	9 300			
Vazia congelada e embalada	Kg	150			
Rolo de carne picada (preparado c/ cerca de 2kg)	Kg	50			
Carne p/ Jardineira (cubos cortados c7 cerca de 60 a 80 gr)	Kg	50			
			TOTAL		

Data**Assinatura**

N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI

LOTE Nº 2 - Carne de Suíno

Designação do Produto	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
CARNES DE SUÍNO					
Chispe	Kg	250			
Entrecosto congelado	Kg	900			
Entremeada cortada	Kg	70			
Entremeada inteira	Kg.	50			
Febras cortadas	Kg	250			
Fígado de porco	Kg	10			
Lombinhos de porco congelado	Kg	380			
Lombo	Kg	1 350			
Orelha	Kg	50			
Perna s/osso	Kg	850			
Vão c/cachaço partido / costeletas	Kg	800			
			TOTAL		

Data

Assinatura

N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI**LOTE Nº 3 – Carne de Aves**

Designação do Produto	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
CARNE DE AVES					
Cotos de frango	Kg	720			
Espetadas de peru (standard 110g)	Kg	200			
Espetadas mistas (standard 110g)	Kg	50			
Frangos calibre I - (1200g s/miúdos) - congelado	Kg	400			
Frangos calibre I - (1200g s/ miúdos) - fresco	Kg	3 000			
Patos (+1500gr. s/miúdos)	Kg	870			
Peitos de frango	Kg	100			
Peitos de peru	Kg	1 000			
Perna de peru	Kg	250			
			TOTAL		

*Data****Assinatura***

N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI**LOTE Nº 4 - Borrego e Coelho frescos**

Designação do Produto	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
COELHO					
Coelho - s/ cabeça e s/miúdos (1 Kg)	Kg	150			
BORREGO					
Perna de Borrego	Kg	50			
			TOTAL		

Data***Assinatura***

N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI**LOTE Nº5 - Charcutaria**

Designação do Produto	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
CHARCUTARIA					
Alheiras	Kg	60			
Bacon inteiro	Kg	300			
Chouriço de Carne (extra) - emb. em Vácuo	Kg	300			
Chouriço mouro	Kg	25			
Linguiça	Kg	10			
Farinheira	Kg	50			
Fiambre de peru	Kg	10			
Fiambre Tipo inglês perna - porco	Kg	1 000			
Mini Salsichas (enlatadas)	Unidade	50			
Morcela (grande/grossa)	Kg	20			
Paio	Kg	40			
Presunto fatiado s/ osso-emb. em vácuo (500g)	Kg	80			
Salmão fumado	Kg	25			
Salsichas Alemã (frasco) - aves	Unidade	25			
Salsichas Alemã (frasco) - porco	Unidade	25			
Salsichas emb. (latas 25 pares) - aves	Unidade	25			
Salsichas emb. (latas 25 pares) - porco	Unidade	7 500			
Salsichas frescas	Kg	200			
			TOTAL		

Data**Assinatura**

N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI**LOTE Nº 6 - Peixe congelado**

Designação do Produto	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
PEIXE CONGELADO					
Abrótea s/ cabeça	Kg	25			
Caldeirada de peixe	Kg	20			
Cherne à posta	Kg	250			
Corvina s/ cabeça + 1 Kg	Kg	30			
Filetes de pescada 1	Kg	650			
Linguado + 500g	Kg	25			
Lombos de cherne	Kg	80			
Lombos de pescada	Kg	40			
Lombos de salmão	Kg	20			
Lombos Tamboril de 1 a 2 Kg	Kg	230			
Maruca 3 – 1 500g a 2 400g	Kg	110			
Perca do nilo	Kg	300			
Pescada 3L chile - 800g a 1500g	Kg	200			
Red-fish 500g	Kg	20			
Salmão à posta	Kg	380			
Solha + 500g	Kg	100			
Tranches de maruca	Kg	40			
Troncas de peixe espada preto	Kg	40			
MOLUSCOS, CRUSTÁCEOS E MARISCO CONGELADO					
Amêijoia com casca	Kg	25			
Camarão L6 - cx. de 2 Kg.	Kg	200			
Choco limpo em bloco	Kg	70			
Chocos grandes + 300g	Kg	20			
Delícias do mar - emb. vácuo 250g	Kg	110			

Lula grande limpa U/10	Kg	40			
Lulas recheadas – cx.	Kg	150			
Miolo de berbigão grande (700/800)	Kg	10			
Polvo limpo + 1 Kg.	Kg	250			
			TOTAL		

Data

Assinatura

N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI

LOTE Nº 7 - Peixe Fresco

Designação do Produto	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
PEIXE FRESCO					
Carapau grande	Kg	50			
Carapau pequeno	Kg	60			
Dourada até 200g	Kg	110			
Robalo até 200g	Kg	100			
Truta até 200g	Kg	20			
			TOTAL		

Data

Assinatura

N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI

LOTE Nº 8 - Bacalhau

Designação do Produto	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
BACALHAU					
Bacalhau crescido	Kg	950			
Bacalhau desfiado	Kg	250			
			TOTAL		

Data

Assinatura

N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI**LOTE Nº 9 – Legumes Ultracongelados**

Designação do Produto	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
LEGUMES CONGELADOS					
Batata – cubo “rissols”	Kg	220			
Batatas/palitos	Kg	7 500			
Cenoura parisiense	Kg	120			
Couves de bruxelas	Kg	100			
Ervilhas	Kg	500			
Esparregado	Kg	100			
Favas	Kg	100			
Macedónia	Kg	600			
Milho Doce	Kg	90			
			TOTAL		

Data**Assinatura**

N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI**LOTE Nº 10 - Legumes Frescos**

Designação do Produto	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
LEG. FRESCOS E HORTALIÇAS					
Abóbora	Kg	240			
Agriões	Kg	500			
Aipo	Kg	10			
Alfaces	Kg	2 000			
Alho Francês	Kg	560			
Beringela	Kg	20			
Beterraba	Kg	25			
Brócolos	Kg	450			
Caldo Verde	Kg	60			
Cenouras	Kg	6 500			
Coentros	Kg	110			
Courgettes	Kg	50			
Couve-flor	Kg	300			
Couve-galega	Kg	10			
Couve lombarda	Kg	530			
Couve portuguesa	Kg	100			
Espinafres	Kg	500			
Feijão-verde	Kg	350			
Grelos de nabos	Kg	400			
Manjeriço	Kg	2			
Nabiças	Kg	400			
Nabos	Kg	100			
Pepino	Kg	150			
Pimentos	Kg	10			

Rabanetes	Kg	10			
Salsa	Kg	100			
Tomate	Kg	800			
			TOTAL		

Data

Assinatura

N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI**LOTE Nº 11 - Frutos, Citrinos e Azeitonas**

Designação do Produto	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
FRUTOS E CITRINOS					
Abacaxi	Kg	100			
Ameixas*	Kg	20			
Bananas 32/34	Kg	800			
Cerejas*	Kg	150			
Clementinas 50/60	Kg	1 300			
Kiwis	Kg	500			
Laranja 73/84	Kg	650			
Laranja 77/88	Kg	1 200			
Limões 63/72	Kg	520			
Maçã golden 65/70	Kg	2 000			
Maça reineta	Kg	50			
Maçã starking 70/75	Kg	2 000			
Mamão	Kg	50			
Manga (avião)	Kg	100			
Melancia*	Kg	150			
Melão	Kg	200			
Meloa*	Kg	30			
Morangos *	Kg	250			
Papaia (avião)	Kg	50			
Peras 65/70	Kg	60			
Pêssegos*	Kg	60			
Tangerinas 50/60	Kg	10			
Uva branca	Kg	10			
Uva preta	Kg	500			

AZEITONAS					
Azeitona nº 3 (401 a 500) - emb. 2 a 5 Kg.	Kg	160			
Azeitonas Recheadas (frasco 200g)	Frasco	10			
			TOTAL		

Data

Assinatura

N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI

LOTE Nº 12 - Batatas, Cebolas e Alhos

Designação do Produto	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
BATATAS, CEBOLAS E ALHOS					
Alhos	Kg	260			
Batata nova (pequena)	Kg	900			
Batata Roxa	Kg	1 000			
Cebolas	Kg	2 500			
			TOTAL		

Data

Assinatura

N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI**LOTE Nº 13 - Laticínios**

Designação do Produto	Tipo de embalagem c/ n.º de unidades	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
LEITE						
C/ choc. 1/ 5 litro		Unidade	200			
C/ choc. Garrafa vidro 250ml		Unidade	2 500			
M/ gordo 1 litro		Litro	6 200			
M/ gordo 1/5 litro		Unidade	1 000			
Magro 1/5 litro		Unidade	50			
S/ lactose 1 litro		Litro	300			
QUEIJO						
Queijo brie		Kg	2			
Queijo flamengo barra		Kg	1 300			
Queijo fresco médio + de 170g – emb. individualmente		Unidade	50			
Queijo fresco pequeno 85g – emb. individualmente		Unidade	250			
Queijo gorgonzola		Kg	10			
Queijo roquefort +ou- 1Kg emb. individualmente		Kg	10			
Requeijão – embalado individualmente (200g)		Unidade	50			
NATAS						
Chantilly spray, frasco de 250ml		Unidade	10			
Pacote 1/5 litro		Unidade	950			
S/ Lactose Pacote 1/5 litro		Unidade	500			

MANTEIGA						
Embalagem 250g		Unidade	1 000			
IOGURTES						
Iogurte de aroma		Unidade	4 800			
Iogurte de pedaços		Unidade	50			
Iogurte líquido		Unidade	300			
Iogurte magro líquido		Unidade	50			
Iogurte natural		Unidade	100			
				TOTAL		

Data

Assinatura

N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI**LOTE Nº 14 – Mercarias Diversas**

Designação do Produto	Tipo de embalagem c/ nº. De unidades	Unidade (1)	Quant. Prevista s (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
AÇUCAR GRANULADO						
Açúcar granulado pct. 1kg		Kg	750			
ARROZ EXTRA- LONGO						
Arroz carolino, saco 1kg		Kg	5 000			
Arroz selvagem, saco 1Kg		Kg	10			
MASSAS ALIMENTARES						
Aletria, emb. 250g		Kg	10			
Cotovelo grosso, emb. 500g		Kg	100			
Esparguete, emb. 500g		Kg	310			
Espiral colorida, emb. 500g		Kg	100			
Folhada (fresca), emb. de 250g a Kg		Kg	25			
Macarrão, emb. 500g		Kg	25			
Massa p/ lasanha		Kg	50			
Pevide, emb. 250g		Kg	60			
Cuscuz, emb. de 250gr		Kg	200			
Quebrada (fresca)		Kg	25			
Massa para pizzas		Kg	30			
FARINHAS						
Farinha de amido de milho, bem. 2,5 Kg		Kg	70			
Farinha de trigo, embalagens de Kg		Kg	330			
Fermento em pó (tipo royal ou equivalente)		Kg.	10			
MARGARINA						

Margarina cozinha 1kg – vegetal		Kg	260			
LEGUMES SECOS / LEGUMINOSAS						
Feijão branco		Kg	100			
Feijão frade		Kg	150			
Feijão manteiga		Kg	130			
Feijão preto		Kg	10			
Grão de bico		Kg	130			
PURÉ DE BATATA						
Batata frita palha embalagens de Kg		Kg	850			
Puré de batata, embalagens de 15 a 20 kg		Kg	230			
BOLACHA / DOCES						
Bolacha maria, pct. 200gr.		Pacote	100			
Chocolate em barra – embl. De 200g a 1kg		Kg	120			
Chocolate em pó		Kg	10			
Doce de pêsego (frasco +/- 235g)		Frasco	10			
Folhas de gelatina		Unidade	50			
Palitos de champanhe		Kg	2			
FRUTOS SECOS						
Alperce seco		Kg	2			
Ameixa seca		Kg	2			
Amêndoa laminada		Kg	10			
Avelã		Kg	2			
Caju		Kg	2			
Coco ralado		Kg	5			
Fava frita		Kg	2			
Figo seco		Kg	2			
Miolo de amêndoa		Kg	10			
Miolo de noz		Kg	10			
Miolo de pinhão		Kg	2			

Passas de Uva (sultanas)		Kg	2			
Tâmaras s/ caroço		Kg	10			
SNACKS e CHOCOLATES						
Alcaparras – embl. Frasco +ou- 100g		Frasco	5			
Barritas de cereais simples, c/ chocolate, avelãs, laranja, maçã, pera, amendoim, light, morango, frutos silvestres		Unidade	750			
Chocolate branco, preto, c/ avelã, amêndoa, noz, coco, c/ recheio, caramelo, light ou dieta		Unidade	50			
Espargos – bem. frasco + ou – 235g		Frasco	30			
Mini tarteletes – emb. +ou- 800g a 1Kg		Embalagem	5			
Mini tostas – emb. +ou- 800g a 1Kg		Embalagem	10			
Pão de forma Fatiado s/ côdea (tipo panrico) emb. Aproxim. 1kg		Embalagem	400			
				TOTAL		

Data

Assinatura

N.B. – Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI**LOTE Nº 15 – Azeite e Óleo**

Designação do Produto	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
AZEITE E ÓLEO					
Azeite virgem – emb. individual de 10ml	Unidade	27 500			
Azeite virgem até 2% (embalagem de 5Lt.)	Litro	1 000			
Azeite virgem extra embalagem inviolável. (0,75 Lt.)	Garrafa	100			
Óleo alimentar (embalagem de 5Lt.)	Litro	2 500			
Óleo de soja (embalagem de 5Lt.)	Litro	100			
			TOTAL		

Data***Assinatura***

N.B. – Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI**LOTE Nº 16 – Sobremesas Instantâneas**

Designação do Produto	Tipo de embalagem c/ n.º de unidades	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
SOBREMESAS INSTANTÂNEAS						
Gelatina aromas		Kg	650			
Leite creme		Kg	50			
Mousse de chocolate		Kg	400			
Mousse de morango		Kg	10			
Pudim baunilha		Kg	260			
Pudim flan		Kg	10			
				TOTAL		

Data***Assinatura***

N.B. – Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI**LOTE Nº 17 – Sumos Concentrados**

Designação do Produto	1 Lt. De Concentrado de Sumo	Unidad e (1)	Quant. Previstas de sumo concentrado (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
SUMOS CONCENTRADOS						
Concentrado de laranja c/ pectina		Litro	580			
Concentrado de laranja c/ pectina (especial para serviços de catering)		Litro	100			
Concentrado de tropical / tutti-fruti		Litro	20			
				TOTAL		

Na proposta mencionar quantos litros de sumo dá 1Lt de concentrado de laranja e tropical / tutti-frutti.

Data

Assinatura

N.B. – Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI**LOTE Nº 18 – Caldos, Molhos e Condimentos**

Designação do Produto	Tipo de bem. c/ n.º de unidades	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
CALDOS, MOLHOS E CONDIMENTOS						
Açafrão		Kg	2			
Alho em pó		kg	10			
Canela em pau, pacote 250g a 1Kg		kg	10			
Canela moída, pacote de 250g a 1Kg		kg	5			
Caril moído, pacote de 1kg		kg	2			
Cominhos		kg	2			
Creme de marisco		kg	5			
Ketchup, embalagem de 500ml		Unidade	320			
Ketchup, emb. individual de 10g		Unidade	100			
Maionese, balde de 5Kg		kg	270			
Maionese, embalagem de 500ml			340			
Maionese, emb. individual de 12g		Unidade	100			
Manjeriço		kg	2			
Molho de assado, lata de 1Kg		Lata	30			
Molho béchamel		Unidade	10			
Molho piri-piri, fr. +/- 250ml		Frasco	200			
Mostarda – embalagem de 500ml		Unidade	110			
Mostarda – emb. individual 5g		Unidade	100			
Noz moscada moída, pacote de 1kg		Kg	5			

Orégãos		kg	5			
Pickles, balde de 5Kg		kg	50			
Pimenta branca, pacote de 1kg		kg	30			
Pimentão doce, pacote de 1kg		kg	20			
Polpa de tomate, Frasco de 1Kg		Frasco	300			
Sal de cozinha Iodado, pacote de 1Kg		Kg	500			
Sal de mesa Iodado 250g		Unidade	250			
Sopa de cebola		Kg	10			
Vinagre – emb. individual de 10ml		Unidade	22 500			
Vinagre 0,75Lt		Garrafa	100			
Vinagre de sidra		Garrafa	50			
				TOTAL		

Data

Assinatura

N.B. – Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI

LOTE Nº 19 – Enlatados

Designação do Produto	Tipo de bem. c/ nº. de unidades	Unidade (1)	Quant. Prevista (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço por Embalagem (Euros)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
PRODUTOS ENLATADOS							
Ananás rodela, lata -/+0,850kg		Lata	430				
Atum posta, lata -/+ 1,730kg		Lata	420				
Atum posta, lata -/+ 0,120kg		Lata	50				
Cereja em calda, lata -/+0,850kg		Lata	10				
Cogumelos, lata de -/+0,850kg		Lata	350				
Leite condensado, lata de 1kg		Lata	70				
Leite evaporado, lata de 1kg		Lata	10				
Manga, lata -/+0,850kg		Lata	10				
Pêssego calda, lata de -/+0,850kg		Lata	430				
Polpa de manga, lata -/+0,850kg		Lata	40				
Rebentos de bambu, lata de 1kg		Lata	10				
Rebentos de soja, lata de 1kg		Lata	10				
TOTAL							

Data

Assinatura

N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI**LOTE Nº 20 - Ovos**

Designação do Produto	Tipo de embalagem c/n.º de unidades	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço por Embalagem (Euros)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
OVOS							
Ovo de codorniz	Cx. Cartão	Unidade (ovo)	800				
Ovo pasteurizado líquido (inteiro)	Emb. 1 L	Litro	400				
Ovos, classe M , categoria A	Cx cartão	Unidade (ovo)	40 000				
TOTAL							

Data***Assinatura***

N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI**LOTE Nº 21 - Pão**

Designação do Produto	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
PÃO					
Broa de milho grande - amarela	Unidade	100			
Carcaças embaladas, 30g	Unidade	30 000			
Croissants simples	Unidade	12 500			
Croissants simples miniatura	Unidade	1 300			
Fermento padeiro	Kg	5			
Pão centeio, 400g	Unidade	100			
Pão de forma (fatiado) emb. +ou- 800g – (tipo panrico ou equivalente)	Unidade	460			
Pão de forma 5 sementes, 800g	Unidade	200			
Pão de leite	Unidade	3 900			
Pão de leite miniatura	Unidade	400			
Pão mistura (bola), 70g	Unidade	5 500			
Pão mistura grande fatiado, 800g	Unidade	730			
Pão mistura pequeno (bola), 35g	Unidade	4 500			
Pão para hambúrguer	Unidade	40			
Pão ralado, Kg	Kg	100			
Pão integral, 50 g	Unidade	5 000			
Pão 5 sementes, 100 g	Unidade	5 000			
TOTAL					

Data**Assinatura**

N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI**LOTE Nº 22 - Pastelaria Diversa**

Designação do Produto	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
PASTELARIA DIVERSA					
Bola de Berlim c/ Creme	Unidade	500			
Bolachas de gengibre	Kg	10			
Bolo de arroz	Unidade	500			
Bolos secos miniaturas	Kg	75			
Brigadeiros de amêndoa	Kg	5			
Brigadeiros de chocolate	Kg	5			
Caracol	Unidade	250			
Folhados de carne	Unidade	50			
Folhados de salsicha	Unidade	460			
Folhados mistos	Unidade	480			
Folhados primavera (alface, tomate, queijo e fiambre)	Unidade	50			
Folhados simples	Unidade	50			
Jesuítas	Unidade	250			
Mil-folhas	Unidade	500			
Palmiers recheado	Unidade	250			
Palmiers simples ou coberto	Unidade	250			
Pão de Deus simples	Unidade	500			
Pastéis de nata/bom bocado	Unidade	1 000			
Pastelaria diversa miniaturas	Kg	1 250			

Queijadas (diversas)	Unidade	250			
Queques c/ nozes	Unidade	250			
Queques de chocolate	Unidade	250			
Queques simples	Unidade	250			
Rins	Unidade	500			
Tarte de amêndoa individual	Unidade	50			
Tarte de maçã individual	Unidade	50			
				TOTAL	

Data

Assinatura

N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI**LOTE Nº 23 – Salgados e Salgados em Miniatura Ultracongelados**

Designação do Produto	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
SALGADOS					
Almofadinhas de carne	Unidade	4 350			
Chamuças	Unidade	3 000			
Crepes de frango	Unidade	550			
Crepes de legumes	Unidade	3 400			
Croquetes de carne	Unidade	6 600			
Empadas de frango	Unidade	500			
Pastéis de bacalhau	Unidade	8 600			
Rissóis de camarão	Unidade	8 150			
Rissóis de leitão	Unidade	400			
SALGADOS MINIATURA					
Miniaturas de almofadinhas de carne	Unidade	100			
Miniaturas de chamuças	Unidade	4 100			
Miniaturas de croquetes de carne	Unidade	6 200			
Miniaturas de empadas de frango	Unidade	100			
Miniaturas de pastéis de bacalhau	Unidade	6 100			
Miniaturas de rissóis de camarão	Unidade	6 200			
Miniaturas de rissóis de leitão	Unidade	400			
			TOTAL		

Nota: Todos estes salgados devem possuir **rotulagem**, conforme disposto por lei.

Data

Assinatura

N.B. – Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI**LOTE N.º 24 – Vinhos**

Designação do Produto	N.º de unidades por embalagem	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
VINHOS E BEBIDAS						
Vinho branco avulso		Litro	750			
Vinho de mesa branco, garrafa de vidro de 0,75 Lt.		Garrafa	100			
Vinho de mesa tinto, garrafa de vidro de 0,75 Lt.		Garrafa	100			
Vinho de mesa branco verde, garrafa de vidro de 0,75 Lt.		Garrafa	25			
Vinho espumante branco bruto, garrafa de vidro de 0,75 Lt.		Garrafa	25			
Vinho tinto avulso		Litro	25			
				TOTAL		

Data***Assinatura*****N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente****Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.**

ANEXO VI

LOTE Nº 25 – Produtos de 4ª Gama

Designação do Produto	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
Alho descascado (inteiro)	Kg	25			
Batata descascada (inteira)	Kg	7 500			
Beterraba descascada cozida (inteira)	Kg	20			
Cebola descascada (inteira)	Kg	750			
Cenoura descascada (inteira)	Kg.	250			
Cenoura ralada (palha)	Kg	550			
Cebola em cubos	Kg	250			
Cebola às rodelas	Kg	500			
Cenoura as rodelas	Kg	350			
Cenoura em cubos	Kg	250			
			TOTAL		

Data

Assinatura

N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

LOTE Nº 26 – Águas

Designação do Produto	Nº de Unidade s por embalag em	Unidad e (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
Água gaseificada c/ gás 100% natural em vidro 25cl		Unidade	250			
Água gaseificada natural com sabor - limão 25cl T.P.		Unidade	100			
Água gaseificada natural com sabor - pêssago 25cl T.P.		Unidade	50			
Água gaseificada natural com sabor - tangerina 25cl T.P.		Unidade	50			
Água mineral natural 33cl gf plástico e/ou Água de nascente 33cl gf plástico		Unidade	500			
Água mineral natural 50cl gf plástico e/ou água de nascente 50cl gf plástico		Unidade	10 000			
Água mineral natural 1,5lt gf plástico e / ou água de nascente 1,5lt gf plástico		Unidade	1 500			
				TOTAL		

Data***Assinatura***

N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

LOTE Nº 27 - Bebidas de soja e refrigerantes

Designação do Produto	Nº de Unidades por embalagem	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
Água tônica, 1,5 Litros		Unidade	10			
Bebida de soja ¼ - baunilha		Unidade	300			
Bebida de soja ¼ - chocolate		Unidade	300			
Bebida de soja, unidades de 1 litro		Unidades	50			
Chá gelado manga, limão, pêsego, verde, branco – 33cl lata		Unidade	4 300			
Ginger-ale 0,25 tara perdida		Unidade	10			
Iogurtes vegetais de soja		Unidade	500			
Refrigerante gaseificado laranja / ananás 33cl lata		Unidade	100			
Refrigerante gaseificado lima / limão 33cl lata		Unidade	100			
Refrigerante c/ cola 33cl lata		Unidade	5 150			
Refrigerante c/ cola light/zero 33cl lata		Unidade	200			
Sumo de 25cl tara perdida		Unidade	100			
Sumo de laranja 100% natural, embalagens de 1 litro a 5 litros		Litro	500			
Sumo de Néctar 20cl garrafa vidro: manga-laranja / laranja / pera / maçã / pêsego / frutos vermelhos / light sabores		Unidade	9 600			
Sumo de tomate 1Lt.		Litro	10			
TOTAL						

Data**Assinatura**

N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

ANEXO VI

LOTE Nº 28 – Cafeteria

Designação do Produto	Nº de Unidades por embalagem	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço lobar (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
Açúcar em saquetas		Kg	200			
Adoçante		Unidade	4 000			
Café em grão		Kg	550			
Descafeinado		Unidade	800			
CHÁS (diferentes tipos)						
Camomila, Tília, Cidreira, Menta, Preto, Verde, Branco, Vermelho						
Chá, Unid = saquetas		Saquetas	4 500			
				TOTAL		

Mais se declara que se compromete a fornecer em Regime de Comodato todo o equipamento e utensílios que abaixo se descriminam:

.....

.....

....., necessários ao fornecimento de café nas nossas unidades alimentares, bem como as seguintes contrapartidas:

.....

.....

Data

Assinatura

N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

O preço unitário por saqueta de chá deve ser igual, independentemente, do tipo de chá.

ANEXO VI

LOTE 29 – Macrobiótica

Designação do Produto	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
Arroz integral, pacote Kg	Kg	800			
Bifes de soja	Kg	80			
Chouriço de soja	Kg	25			
Crema para barra de soja, unidades de 250g	Unidade	40			
Esparguete integral	Kg	110			
Farinha de milho	Kg	10			
Flocos de aveia	Kg	10			
Flocos de centeio	Kg	30			
Gengibre pó	Kg	2			
Granulado de soja grosso	Kg	30			
Lentilhas com casca	Kg	30			
Massa cotovelo integral	Kg	70			
Rebentos de soja	Kg	5			
Seitan	Kg	440			
Sementes de tomilho	Kg	2			
Shoyu (molho de soja), frascos de 250ml	Frasco	100			
Tofu	Kg	470			
			TOTAL		

Data

Assinatura

N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.

LOTE 30 – Padaria, Pastelaria e Snacks Ultracongelados

Designação do Produto	Unidade (1)	Quant. Previstas (2)	Preço Unitário (Euros) (3)	Preço Global (Euros) s/ IVA (2 x 3)	% IVA
Almondegas vegetarianas	Unidade	100			
Barchetta / mini-pizza (150g)	Unidade	100			
Cachorro quente	Unidade	100			
Croquetes de espinafres	Unidade	13 800			
Empada vegetariana	Unidade	100			
Empanadinhas de atum (140g)	Unidade	100			
Empanadinhas de frango (140g)	Unidade	1 400			
Folhado de atum	Unidade	100			
Folhado de carne	Unidade	100			
Folhado de chocolate	Unidade	100			
Folhado de espinafres	Unidade	400			
Folhado de frango	Unidade	100			
Folhado de ovo	Unidade	100			
Meia baguete integral (115g)	Unidade	3 000			
Meia baguete multicereais (135g)	Unidade	1 150			
Meia baguete normal (125g)	Unidade	7 150			
Pão com chouriço	Unidade	2 900			
TOTAL					

Data**Assinatura**

N.B. - Caso a proposta não contenha os elementos exigidos nos termos do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, o Júri reserva-se o direito de a excluir.